



RELAÇÕES EXTERIORES

Em reação à sobretaxa de 25% sobre produtos brasileiros, imposta pelos EUA, governo anuncia medidas de compensação para áreas impactadas e rebate acusações de práticas desleais. Segundo Alckmin, ações de reciprocidade serão adotadas “no momento adequado”

Apoio a setores atingidos e cautela com retaliação

» VINICIUS DORIA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» ARMANDO HOLANDA

Poucas horas depois de a Casa Branca anunciar a aplicação de tarifas de 25% sobre milhares de produtos exportados pelo Brasil aos Estados Unidos, o Palácio do Planalto mobilizou o primeiro escalão da equipe econômica do governo para anunciar medidas de compensação aos setores mais atingidos e rebater as acusações de práticas desleais de comércio que embasaram a aplicação das taxas após investigação do Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR). Para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), “não há qualquer justificativa para medidas unilaterais” contra o Brasil.

Em longa entrevista à imprensa na sede do Mdic, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; os ministros da Fazenda, Dario Durigan; das Relações Exteriores, Mauro Vieira; e do Meio Ambiente e Mudanças do Clima, João Paulo Capobianco; o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo; e o anfitrião **Márcio Elias Rosa** fizeram um balanço dos impactos esperados com o tarifaço — que começa a valer no dia 22 — e adiantaram medidas que devem ser adotadas para aliviar os prejuízos dos exportadores.

O tom político da reação brasileira foi dado pelo chanceler Mauro Vieira, que considerou a medida dos Estados Unidos “sem lastro com a realidade”, motivada por interesses políticos. Ele lembrou que, desde março do ano passado, foram feitas mais de 30 reuniões entre os dois países — que começaram antes mesmo do anúncio do primeiro tarifaço, de 50%, em abril de 2025.

Para o ministro — que fez severas críticas às declarações do secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio (**leia mais na página 3**) —, “o que incomoda o governo dos Estados Unidos é o fato de o Brasil não ter se curvado às pretensões desmedidas e às demandas irrazoáveis apresentadas no curso das negociações.”

Em nota divulgada no início da noite de ontem, o Mdic informou que o governo iniciará “imediatamente” os trâmites previstos na Lei de Reciprocidade como resposta ao tarifaço dos EUA. Internamente, porém, não está prevista a adoção de medidas nessa linha enquanto não se esgotarem as negociações diplomáticas e comerciais entre os dois países.

Valter Campanato/Agência Brasil



Coletiva no Mdic: Geraldo Alckmin disse que o tarifaço é medida injusta e que os argumentos dos Estados Unidos não são plausíveis

Minerais críticos

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Márcio Elias Rosa, afirmou, ontem, que, durante uma das rodadas de negociações para tentar evitar o tarifaço, os Estados Unidos pediram que o Brasil limitasse o investimento interno em projetos e empresas de extração de minerais críticos, “a exemplo do que eles fizeram com outros países”. “Obviamente, não aceitamos e não aceitaremos”, frisou.

A Lei da Reciprocidade Econômica, aprovada pelo Congresso em abril do ano passado, autoriza o Poder Executivo a aplicar medidas de proteção comercial em resposta a ações unilaterais de países ou blocos econômicos que prejudiquem a competitividade internacional do país. “A Lei de Reciprocidade,

aprovada na Câmara e no Senado, é uma possibilidade, e o governo saberá usá-la no momento adequado”, frisou Alckmin.

Em vez do confronto e da adoção de atos que possam ser interpretados como retaliatórios, o governo prefere manter os canais de diálogo abertos. Por isso, aposta em medidas internas para aliviar o impacto do tarifaço nos setores atingidos — principalmente na indústria, que pode enfrentar dificuldades para escoar a produção com a queda nas vendas para o mercado dos Estados Unidos.

A denúncia de ilegalidade do tarifaço sob a ótica dos acordos internacionais será levada aos organismos multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), no âmbito do mecanismo de solução de controvérsias.

O ministro do Desenvolvimento, Márcio Elias Rosa, disse que o governo vai trabalhar para prestar auxílio e diversificar os mercados compradores aos setores incluídos na lista de taxação da Casa Branca. “Os setores mais atingidos, como de madeira, máquinas, equipamentos elétricos, móveis,

mobiliários, produtos cerâmicos, calçados e açúcar, poderão contar com a ajuda do governo federal de diferentes formas, e uma delas é apoiar a diversificação de mercados”, informou.

Esses setores poderão acessar linhas de crédito para capital de giro e investimentos e terão ajuda dos órgãos de fomento às exportações para buscar novos mercados.

Segundo o ministro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinou que o apoio a esses segmentos seja a principal prioridade do governo neste momento. A área técnica do Mdic estima que o tarifaço atinja diretamente 2,4 mil empresas, que respondem por 18% do total das exportações brasileiras ao mercado norte-americano — equivalente a US\$ 7,4 bilhões (pouco mais de R\$ 40 bilhões).

Uma das principais queixas do governo se refere ao fato de que as autoridades dos EUA ignoraram todas as respostas e explicações dadas pelos negociadores brasileiros em relação às acusações de práticas desleais de comércio.

Na quarta-feira, o Escritório do Representante Comercial dos EUA

Ações emergenciais

O programa Brasil Soberano, criado no ano passado como resposta ao primeiro tarifaço imposto pela administração Trump e retomado neste ano com a aprovação de uma medida provisória pelo Congresso Nacional, prevê uma série de ações emergenciais para proteger o setor produtivo de barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias impostas por outros países aos produtos exportados pelo Brasil, decorrentes de “razões geopolíticas e de instabilidade internacional”.

(USTR) confirmou que milhares de produtos serão sobretaxados em 25% por práticas comerciais consideradas desleais pelo governo Trump — o órgão também listou mais de 2 mil itens que ficarão isentos da nova tarifa.

O escritório argumentou que a taxação é uma punição às regras



Nós seguiremos sem baixar a cabeça, sem nos dobrar a interesses estrangeiros. Com isso, vamos seguir protegendo o Pix, o maior símbolo da nossa soberania financeira. Nós seguiremos protegendo a nossa soberania, sem viralatice, e seguiremos protegendo a nossa democracia contra a interferência internacional indevida”

Dario Durigan, ministro da Fazenda

brasileiras para comércio digital, sistemas de pagamento eletrônico (como o Pix), tarifas preferenciais, proteção de propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e questões ambientais, como o desmatamento ilegal.

Na entrevista coletiva, o ministro da Fazenda informou que haverá uma readequação do programa **Brasil Soberano** para que os setores afetados pelo tarifaço possam buscar socorro a prejuízos imediatos que, na ponta, podem representar desemprego.

“Os setores afetados serão, mais uma vez, chamados ao diálogo, e nós ampliaremos e reforçaremos o Plano Brasil Soberano, que dá apoio a quem foi injustamente afetado”, explicou Durigan. Ele ressaltou, porém, que a estabilidade macroeconômica “está e estará mantida a despeito da interferência externa dos Estados Unidos”.

Os recursos para o novo Brasil Soberano ainda não foram definidos. Na MP aprovada pelo Congresso, foram disponibilizadas linhas de crédito de até R\$ 15 bilhões para as empresas exportadoras afetadas.

Pix é desculpa para impor taxas

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que os argumentos do governo dos Estados Unidos contra o Pix são desculpas para tentar criar algum tipo de “lógica” para a imposição de tarifas a produtos brasileiros.

“Fica evidente que a argumentação realmente passa por uma tentativa de inventar alguma lógica para a aplicação de tarifas”, disse Galípolo, ontem.

Ele ressaltou que a argumentação utilizada pelo governo americano faz pouco sentido, e, em uma analogia, disse que seria mais ou menos como tentar dizer que a criação do saneamento básico prejudica a receita de quem tem caminhão-pipa.

O presidente do BC ponderou que quem perdeu espaço com o Pix

foram os cheques e o dinheiro físico, o que mencionou ser absolutamente desejável, já que esses meios têm alto custo de transação.

“Uma vez analisado o que aconteceu efetivamente a partir da implementação do Pix, o mercado de cartão de crédito cresceu 150%”, mencionou.

Ao justificar a aplicação da taxa de 25% a produtos brasileiros, o Escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR) acusou o Brasil de adotar práticas ilegais em comércio digital, serviços de pagamento eletrônico — como o Pix —, tarifas preferenciais, proteção de propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e questões ambientais, como o desmatamento ilegal.

Na entrevista, Galípolo enfatizou que o Pix produziu benefícios para a sociedade brasileira como um todo e é reconhecido internacionalmente por isso, com manifestações nesse sentido do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês).

“O caso da implementação do Pix consegue se configurar como um desses em que ele é benéfico para quem demanda e para quem oferta, para o setor público e para o setor privado”, destacou.

Ele mencionou que o BC brasileiro já assinou termos de cooperação técnica com mais de 47 bancos centrais pelo mundo para o desenvolvimento de sistemas semelhantes ao Pix.

“Estados Unidos, Europa, China, Índia, Singapura e uma série de outros bancos centrais já implementaram ou estão estudando implementar sistemas de pagamento instantâneo, como o Pix, que é claramente o futuro. Isso vai avançar de maneira bastante clara.”

Segundo Galípolo, o BC vai continuar com o Pix gratuito, seguro e instantâneo, além de seguir na evolução técnica do meio de pagamentos.

Galípolo disse que, de forma curiosa, os argumentos expostos pelos EUA são quase pontos que justificariam a infraestrutura permanecer pública. “O custo antes era maior para todo mundo. Ao ter essa infraestrutura, o custo caiu.”

Raphael Ribeiro/BC



Galípolo: Banco Central vai manter Pix gratuito, seguro e instantâneo